

DO TERRITÓRIO À CULTURA COMUNITÁRIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COMUNIDADE

(DEL TERRITORIO A LA CULTURA COMUNITARIA:
REPRESENTACIONES SOCIALES DE COMUNIDAD)¹

Mariana Bonomo²

Lídio de Souza³

Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil

Resumen

El presente trabajo forma parte de un conjunto de estudios cuya discusión central focaliza las representaciones sociales de los objetos *ciudad* y *rural* en el proceso de identificación social campesina. El objetivo del estudio consistió en reflexionar sobre la organización comunitaria rural, teniendo como dimensiones empíricas el análisis psicosocial que referencia las interpretaciones de la realidad investigada, las representaciones sociales de comunidad y su historia de constitución, así como la descripción socio-demográfica del territorio y la vivencia cotidiana de sus habitantes en la unidad familiar y en el espacio comunitario. Los resultados provienen de: 1). Censo Comunitario Rural con 167 familias del territorio y 2). Evocaciones libres a partir del término inductor “comunidad” con 200 personas del grupo rural, distribuidas entre cuatro generaciones. Las informaciones fueron organizadas utilizando los *softwares* SPSS-17 y EVOC-2003 y el Análisis de Contenido de categoría. Los resultados demostraron una organización social fundamentada en el modo de vida, en el sistema de producción de la agricultura familiar y en la inversión en espacios de interacción entre las familias, proceso que pretende fortalecer el vínculo entre

¹ Trabajo enviado el 22/05/2010 y aceptado el 8/07/2010

² Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005). Atualmente é aluna do Doutorado da Universidade Federal do Espírito Santo (Bolsista CNPq) e participa da Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (RedePSO - UFES). E-mail marianadalbo@gmail.com

³ Possui mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1995) e pós -doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2005-2006). Atualmente é professor associado II, atuando no Programa de Pós -Graduação em Psicologia e no Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: lidio.souza@uol.com.br

las personas y configura la unidad entre los habitantes del territorio. Además de las dificultades objetivas comulgadas por diversas minorías sociales, se verifica la transmisión de valores sociales a lo largo de las generaciones entrevistadas que sustentan la identificación social y protegen el modo de vida comunitario, emprendiendo una socialización para el espacio colectivo y para la valorización simbólica de pertenencia al grupo rural.

Palabras claves: Agricultura familiar. Comunidad. Identidad campesina. Representación social. Rural.

DO TERRITÓRIO À CULTURA COMUNITÁRIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COMUNIDADE

Resumo

O presente trabalho é parte de um conjunto de estudos cuja discussão central focaliza as representações sociais dos objetos *cidade* e *rural* no processo de identificação social camponesa. O objetivo deste estudo consistiu em refletir sobre a organização comunitária rural, tendo como dimensões empíricas à análise psicossocial que referencia as interpretações da realidade investigada, as representações sociais de comunidade e sua história de constituição, bem como a descrição sócio-demográfica do território e a vivência cotidiana de seus moradores na unidade familiar e no espaço comunitário. Os resultados são provenientes de: 1). Censo Comunitário Rural com 167 famílias do território e 2). Evocações livres a partir do termo indutor “comunidade” com 200 pessoas do grupo rural, distribuídas entre quatro gerações. As informações foram organizadas utilizando-se os *softwares* SPSS-17 e EVOC-2003 e a Análise de Conteúdo categorial. Os resultados evidenciaram uma organização social alicerçada no modo de vida, no sistema de produção da agricultura familiar e no investimento em espaços de interação entre as famílias, processo que visa fortalecer o vínculo entre as pessoas e configura a unidade entre os moradores do território. Para além das dificuldades objetivas comungadas por diversas minorias sociais, verifica-se a transmissão de valores sociais ao longo das gerações entrevistadas que sustentam a identificação social e protegem o modo de vida comunitário, empreendendo uma socialização para o espaço coletivo e para a valorização simbólica do pertencimento ao grupo rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Comunidade. Identidade camponesa. Representação social. Ruralidade.

FROM TERRITORY TO A COMMUNITY CULTURE: SOCIAL REPRESENTATIONS OF COMMUNITY

Abstract

This work is part of a set of studies whose main argument focuses on the social representations of city and rural objects in the process of peasant social identification. The objective of this study is to reflect on community organization in rural areas, and uses as its empirical dimensions, psychosocial analysis that refers to interpretations of the investigated reality, social representations of community and the history of its formation, as well as a socio-demographic description of the territory and the quotidian of its residents within the family unit and the community area. The results were obtained from: 1). A rural community census carried out among 167 families in the territory and 2). Spontaneous reactions of 200 people from four different generations within the rural group, to the word “community”. The information was organized using SPSS-17 and EVOC-2003 software and categorical content analysis. The results revealed a social organization grounded in the lifestyle, in the production system based on family farming and in the investment in interaction spaces between the families, a process aimed at strengthening the ties between people and forming a unity between the residents of the territory. Apart from the objective difficulties shared by the various social minorities, a transmission of social values from generation to generation was identified among those interviewed and this maintains social identification and protects the communal life style, promoting a socialization of the collective space and a symbolic appreciation of belonging to a rural group.

Keywords: Family farming. Community. Peasant identity. Social representation. Rural.

Introdução

A procura por espaços de segurança ganha especial importância no mundo contemporâneo. As expectativas de justiça social e equidade, fruto do desenvolvimento civilizatório, parecem não ter se concretizado na dimensão real da vida dos diferentes grupos nacionais ou locais. A proposta desenvolvimentista avança entre os paradoxos de uma máxima que sobrevive da reprodução de ideologias que disseminam ideais de progresso e emancipação, discurso que envolve e seduz os cidadãos em escala global, mas que não pode esconder as rachaduras entre as ideologias propagadas e a realidade sem retoques de uma promessa ainda utópica. No seu interior, subsistem crises sociais profundas, pobreza, desemprego, fluxos migratórios, como uma verdadeira convulsão social que impele grupos humanos, especialmente os desfavorecidos, a procurar zonas de segurança socioeconômica.

Sobre as ambiguidades inerentes ao fenômeno da globalização, Francescato e Tomai (2002) destacam a polaridade entre o que alguns analistas entendem como ganhos - rápido desenvolvimento econômico, tecnológico, social e cultural, que melhorariam a qualidade de vida - e os efeitos negativos refletidos na intensificação de problemas que colocam em discussão as esperadas metas e benefícios desse processo - aumento da diferença entre ricos e pobres, fortalecimento do fundamentalismo cultural e aumento dos conflitos sócio-culturais. O modelo de ocidentalização da vida promete sistemas de integração e desenvolvimento global, mas, na realidade, promove a crescente exclusão das minorias sociais (Teixeira, 2002),

alimentando o preconceito e a xenofobia que resultam na institucionalização de espaços excludentes como, por exemplo, os guetos (Wacquant, 2004).

No complexo sistema de ordenamento da sociedade contemporânea, a noção de comunidade se opõe à de sociedade, ao evocar um tipo de organização do passado que se contrapõe às sociabilidades hegemônicas. Durham (2004) esclarece que, como um mito do nosso tempo, o conceito de comunidade remete a um período inicial de formação das sociedades que implicava uma vinculação afetiva essencial à sua constituição e permanência. A sociedade, por sua vez, se fundamentaria numa hostilidade potencial, caracterizada pela “pluralidade de pessoas isoladas, com interesses particulares, entre as quais se estabelece um vínculo de natureza racional, cada qual buscando obter vantagens pessoais” (Durham, 2004, p. 221).

A oposição entre comunidade e sociedade também está vinculada à dinâmica entre campo e cidade. As contraposições entre os universos urbano e rural possuem suas fronteiras marcadas na gênese do processo de industrialização, embora se discuta que na Antiguidade Clássica tal oposição já podia ser notada nas relações sociais (Williams, 1990). Corbin (1989), Thomas (1988) e Williams (1990) informam que as diferentes configurações acerca desses universos na Europa pós-revolução industrial orientaram a produção de estereótipos com forte coloração moral associados à acessibilidade a recursos que se desenvolviam em diferentes proporções nestes contextos.

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais bastantes poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma

natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (Williams, 1990, p. 11).

Com a emergência da sociedade moderna no século XIX, alimentada pelo projeto de desenvolvimento econômico e social que se assentava marcadamente no crescente processo de industrialização e urbanização, passou-se a pensar a organização comunitária como um obstáculo à modernização. Esforços foram empreendidos para a superação desse modo de vida, baseado no sistema de produção primária, na troca de mercadorias, em uma estrutura de sobrevivência fundada nas relações de solidariedade e na defesa do espaço coletivo, favorecendo a afirmação e fortalecimento de um modo de vida que deveria sucumbir frente à sociabilidade do homem moderno e civilizado (Jessé, 2000; Oliveira, 2004).

Na atualidade, a lógica desenvolvimentista instaura as relações de mercado e as relações sociais ganham uma importância secundária, a favor da cadeia produtiva em ritmo crescente e acelerado. Assim, as interações baseadas em princípios solidários se misturam à ode a um sistema liberal que se pretende sem fronteiras, onde o individualismo como valor alimenta a estratégica da competição como caminho legítimo.

Dessa forma, a tensão entre comunidade – como reconstrução simbólica de um suposto passado perdido – e sociedade moderna tem de certa forma se mantido recorrente até o presente, obviamente sob distintas

sínteses e ressignificações, tanto no campo das representações sociais, como nas formas concretas com que certos grupos sociais buscam se situar e se organizar dentro da cidade. Ou seja, a noção de comunidade persiste como uma espécie de referência simbólica – desejada ou imaginada (Frúgoli-Jr., 2003, p. 108).

Esta realidade social concreta é analisada por Oliveira (2005), que questiona os sistemas contemporâneos de vinculação social e nos oferece um diagnóstico de uma sociedade que se contrapõe à imagem romantizada de um desejo pelo espaço comunitário.

Uma leitura do mundo atual revela como hoje os indivíduos não estão mais facilmente sensibilizados para as antigas motivações das comunidades, aos projetos de vizinhos, às dificuldades de amigos e à solidariedade para os colegas, ocupando-se mais das relações abstratas, impessoais, com desconhecidos, comportamentos motivados pelo fenômeno da fluidez da virtualização e efeitos da tecnologia informacional (p. 156).

Se a comunidade foi lançada ao lugar de utopia - de um habitat paradisíaco -, o mito urbano da modernidade também não se concretizou no plano vivido. Font e Rufí (2006) colocam em evidência o paradoxo - que está presente tanto no âmbito das práticas sociais quanto do mundo representado - através do processo que denominam de “o retorno ao lugar”, imagem que recuperaria a importância das identidades no estabelecimento e afirmação de espaços territorializados em meio à tensão entre o local e o global. A relação entre identidade e globalização ganha, em Burity (2001), uma interessante

discussão, que rompe com as análises que prevêem o enfraquecimento dos grupos sociais e, conseqüentemente, a fragmentação do processo de elaboração e afirmação identitárias. A interpretação do autor acerca da organização dos grupos sociais na atualidade evidencia a resistência dos movimentos sociais que se articulam na atualização e defesa de seus ideais e modos de vida.

ao mesmo tempo que a globalização representa uma certa forma de interconexão e interpenetração entre regiões, estados nacionais e comunidades locais que está marcada pela hegemonia do capital e do mercado, ela também se faz acompanhar por uma potencialização da demanda por singularidade e espaço para a diferença e o localismo (sp).

Outra cadeia dicotômica do sistema associativo sociedade/comunidade – cidade/campo nos conduz à dinâmica representacional tensionada pelos modos de vida adotados como padrão existencial: a dicotomia liberdade/segurança. Bauman (2003) sublinha que a ideia de comunidade embora esteja vinculada aos sentimentos de aconchego, segurança e bem-estar, o acesso a estes privilégios do mundo comunitário deverá ser pago pelas moedas da liberdade, da autonomia e do direito à auto-afirmação, espaço de pertencimento que anularia a identidade do indivíduo. Em síntese, segundo o autor,

para oferecer um mínimo de segurança e assim desempenhar uma espécie de papel tranquilizante e consolador, a identidade deve trair sua origem; deve negar ser “apenas um substituto” – ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir. A

identidade brota entre os tómulos das comunidades (p. 20).

Neste ponto da reflexão, assumimos a perspectiva na qual o conceito de comunidade refere-se ao espaço de produção de identidades sociais, para além do mega-projeto da globalização ou de uma visão de identidade individualizante, tal como a concepção presente na análise de Bauman (2003).

Da constituição psicológica de um sentimento de comunidade

A noção de comunidade teria recebido seus primeiros contornos no final do XVII, com a definição de Schleiermacher que a entendia como uma entidade social que se constituía em função de um vínculo particular entre seus membros, sustentado na afetividade e em objetivos comuns. Essa concepção de comunidade, como observam Palmonari e Zani (2003), refere-se a uma dimensão relacional que se opõe a outra entidade social, a sociedade, fundamentada no contrato social. No domínio do romantismo alemão do século XIX, Ferdinando Tonnies propõe o conceito de comunidade fundamentado em um tipo particular de relação social. O autor se referencia na relação dicotômica comunidade-sociedade, formas extremas e ideais da interação social, entre as quais se configuraram diferentes coletividades que sustentariam a produção do mundo moderno. Assim, a ideia de sociedade se basearia no comportamento egoísta, comportamento estratégico ao desenvolvimento de uma sociedade urbana e industrial, na qual as relações entre as pessoas se tornavam crescentemente pobres, raras ou inexistentes, um conjunto de indivíduos que se organizam em uma base utilitarista, enquanto a comunidade representaria a sede das relações familiares e afetivas, na qual se governa a vontade coletiva e o interesse comum (Prezza & Pacilli, 2002; Palmonari & Zani, 2003).

Comunidade tem presença intermitente na história das idéias. Ela aparece e desaparece das reflexões sobre o homem e sociedade em consonância às especificidades do contexto histórico e esse movimento explicita a dimensão política do conceito, objetivado no confronto entre valores coletivistas e valores individualistas (Sawaia, 1996, p.37).

Um importante avanço conceitual para os estudos sobre comunidade no campo da Psicologia Comunitária consiste no constructo proposto por Seymour Sarason em 1974. O autor desenvolve o conceito de *sentimento psicológico de comunidade* (SPC), definido como “a percepção de similaridade com os outros, uma reconhecida interdependência com os outros, uma vontade em manter essa interdependência dando ou fazendo pelos outros o que esperamos que nos façam a nós, o sentimento de que somos parte de uma grande e estável estrutura da qual podemos depender” (Sarason citado por Amaro, 2007, p. 25). A partir de Sarason, o SPC teve diversos desdobramentos metodológicos que requisitaram o desenvolvimento de instrumentos que permitissem trabalhar com o sentido de comunidade tomando-o como variável de análise nos estudos sobre diferentes grupos sociais, possibilitando assim distinguir a comunidade, como sentimento de pertencimento, de um conjunto casual de pessoas em interação objetiva, devido a algum evento determinado.

Como ponto de reflexão ética e política no interior das relações sociais na atualidade, Amerio (2003, 2004) destaca a comunidade como lugar privilegiado para o exercício de uma cidadania ativa, questão que reclama a necessidade de um bem comum como base para uma democracia que resgate a aliança entre os cidadãos e entre estes e o próprio Estado. Segundo o autor,

o sentido de comunidade se organizaria em três dimensões: (a) *local-territorial* - que se refere tanto ao plano físico como histórico e cultural; (b) *relacional* - que garante a manutenção do tecido social; e (c) *de participação* – do qual emerge o comunitário como valor, fruto da convivência, escolhas e conflitos entre seus integrantes.

O percurso conceitual do sentido de comunidade possibilitou a apropriação dessa forma de organização social de maneira mais ampla, independentemente das bases objetivas, tornando possível sua aplicação aos mais diversos espaços e grupos sociais. Como sintetizam Palmonari e Zani (2003), a comunidade constitui um “nós”, unificado pelas linhas de significados afetivamente construídas e pelo reconhecimento de que se faz parte desse espaço psicológico comum. Essa definição nos conduz ao conceito de grupo psicológico, que assumimos, neste estudo, como equivalente ao sentido de comunidade.

Baseada no sentimento de *pertença* (Speltini & Palmonari, 2007), nesta abordagem, a concepção de grupo se fundamenta na auto-categorização ou no fato de que o indivíduo *se sinta parte* do grupo, afiliação que implica os componentes *cognitivo* (reconhecimento de pertencimento ao grupo), *avaliativo* (atribuição de elementos positivos ao grupo de pertencimento) e *emocional* (os componentes *avaliativo* e *cognitivo* são acompanhados de afetos e emoções) (Tajfel, 1982b, 1983). O grupo teria, então, as funções: (a) *justificadora*, que se dá na produção de ideologias para justificar o lugar de superioridade que o grupo ocupa, no caso dos chamados grupos “superiores”, e busca de ressignificação de estereótipos valorados negativamente, no caso dos grupos

“inferiores”; (b) *explicação causal*, que age sobre o ordenamento da complexa dimensão social produzindo explicações simples, aceitáveis e funcionais; e (c) *diferenciação social*, que cumpre a função da distintividade positiva do grupo, pois a maneira de se atribuir valores positivos ao próprio grupo seria compará-lo a outros grupos, associando-os a estereótipos com valoração negativa (Tajfel, 1982a; Hogg & Abrams, 1999; Turner & Reynolds, 2001).

O grupo social no qual desenvolvemos este estudo consiste em uma comunidade rural. Como já assinalamos, as previsões dos teóricos clássicos acerca dos rumos da sociedade humana prenunciavam o desaparecimento gradual das sociabilidades camponesas tradicionais, fruto de um inevitável processo de mudança social que pressupunha a urbanização dos espaços rurais e a transformação da agricultura em ramos da indústria (Stropasolas, 2006). A história do rural foi, marcadamente, contada a partir dos latifúndios, da monocultura e da escravidão, momentos históricos de uma nação em desenvolvimento econômico, mas nunca apresentando os projetos alternativos de vida engendrados ao longo da história da ruralidade. Esta história tampouco lança luz sobre a diversidade de estratégias e organizações micro-sociais que hoje compõem a realidade rural do nosso país (Del Priore & Venâncio, 2006), uma contribuição que esperamos oferecer através do presente estudo.

Objetivos do estudo

A categoria rural é uma importante fonte de produção de sentido, em seu conjunto de valores e patrimônio cultural, sendo as comunidades rurais a expressão concreta dessa organização (Bengoa, 2003). Adotamos o termo “comunidade” no sentido de “retratar as relações sociais construídas e

mantidas por famílias ligadas por laços de parentesco ou não, modos de produção, estratégias de socialização, relações afetivas, crenças e valores partilhados” (Bonomo, Trindade, Souza & Coutinho, 2008, p. 154). Considerando que o contexto rural é composto por realidades diversas, cujas organizações sociais, políticas e econômicas se configuram em um verdadeiro “mosaico sócio-cultural”, partimos de um território específico a fim de acolher a complexidade do pensamento e relações sociais que concorrem à formação do espaço comunitário e orientam a vida de seus integrantes. Assim, investigamos o comunitário neste rural, bem como o rural que mobiliza e estrutura a vida das pessoas nesta comunidade, caminho de investigação que poderá nos auxiliar na compreensão dos processos que concorrem à construção da identidade camponesa.

Apoiado em tais considerações, o objetivo do estudo consistiu em apresentar a organização comunitária rural, tendo como pilares de investigação as representações sociais de comunidade e sua história de constituição, bem como a descrição sócio-demográfica do território e a vivência cotidiana de seus moradores neste espaço.

Estratégias metodológicas

Partindo para a região norte de um estado do sudeste brasileiro, a 202 km da capital, chegamos ao município no qual se encontra o território rural onde o estudo foi realizado. Segundo dados do IBGE para o ano de 2008, o município possuía uma população de 23.125 habitantes, estando 54,76% em área urbana e 45,24% na zona rural. O município é essencialmente agrícola - considerado em 2007 o maior produtor de café *conilon* do país – e está

localizado na região do semi-árido brasileiro. Dados sobre a estratificação fundiária do município informam que 84.74% (1.822 propriedades) das unidades produtivas da região são de pequenos produtores rurais, ou seja, possuem área de terra inferior a 04 módulos fiscais (80.0 ha), sendo a mão-de-obra familiar a principal responsável pela manutenção dos trabalhos na propriedade (Fonte: INCRA/INCAPER, 2008).

A 12 quilômetros do centro do município, está localizado o território no qual desenvolvemos o estudo, no cinturão camponês da região formado pelas comunidades rurais. Realizar a pesquisa neste território se justifica por essa região possuir zonas de organização estruturadas caracteristicamente em comunidades, permitindo conhecer o rural na sua dimensão de grupo social de pertencimento. A pesquisa foi realizada em uma comunidade espacialmente referenciada pelo corte fluvial de dois córregos e demarcado por duas igrejas, pontos centrais à organização dos grupos familiares locais e que servem para delimitar espacialmente o que está dentro e fora da comunidade, além de referendar a localização das residências dos moradores no território. No espaço de domínio do coletivo, encontraremos uma unidade de saúde, três escolas de ensino de primeira à quarta série, uma escola de ensino fundamental com sistema de ensino segundo a Pedagogia da Alternância, dois campos de futebol, uma quadra de esportes, três botecos, um cemitério e ainda duas associações e uma cooperativa de pequenos agricultores para beneficiamento da produção local de café.

Participantes e procedimentos de coleta dos dados

A coleta dos dados foi realizada em dois diferentes momentos de

investigação: (a) levantamento censitário das unidades familiares da região entre os meses de janeiro e março de 2007, com o objetivo de coletar informações sobre as características demográficas da população local, sistema de produção e organização sócio-cultural da comunidade, e (b) entrevistas com representantes das quatro gerações da comunidade no período de novembro de 2007 a julho de 2008, focalizando as representações sociais de *comunidade*.

Embora tenhamos priorizado como local de coleta dos dados as residências dos participantes, em função da realidade agrícola com a dispersão das pessoas pelas lavouras, algumas distantes de suas casas, precisamos ajustar a situação de entrevista à disponibilidade dos moradores. Assim, além das entrevistas realizadas nas residências das famílias, na casa de algum parente ou amigo, ou mesmo nas lavouras durante o trabalho agrícola, também procedemos a coleta dos dados nos diferentes espaços anteriormente descritos. Durante todo o procedimento de coleta dos dados, percorremos a pé as estradas e picadas que ligam as famílias entre si e estas ao centro da comunidade. Essa estratégia favoreceu a interação com as pessoas da comunidade, facilitou o acesso aos participantes e nos permitiu conviver de forma mais próxima com a realidade das famílias e conhecer sua rotina.

Censo Comunitário Rural

Participaram desta etapa os representantes das 167 famílias do território, com idades entre 18 e 80 anos, 106 do sexo feminino e 61 do sexo masculino. Geralmente, quando o casal estava em casa, escolhiam o homem para ser o respondente, mas como encontramos muitas mulheres sozinhas nas

residências, estas foram a maioria. Tivemos a seguinte distribuição dos participantes segundo sua localização na unidade familiar: 60.47% era mãe/cônjuge, 32.33% pai/cônjuge e 7.23% filho(a), sogra/mãe de um dos cônjuges, genro/irmão de um dos cônjuges ou único morador da casa.

Representações sociais intergeracionais

A fim de conhecer as representações sociais de *comunidade* das quatro gerações do grupo, entrevistamos 50 pessoas de cada grupo geracional (25 do sexo feminino e 25 do sexo masculino), totalizando 200 pessoas. A faixa etária de cada geração foi delimitada da seguinte forma: 4G - 07 a 12 anos, 3G - 15 a 25 anos, 2G - 35 a 45 anos e 1G - 60 anos ou mais.

Instrumentos e tratamento dos dados

Para o Censo Comunitário Rural, utilizamos como instrumento de coleta dos dados um roteiro estruturado baseado na metodologia do IBGE, adaptado aos objetivos da pesquisa. Seguindo a organização do instrumento, dois bancos de dados foram criados: (a) referente à unidade familiar ($f = 167$) e (b) por morador da comunidade ($f = 574$). Para a sistematização dos dados provenientes do censo, utilizamos os recursos da estatística descritiva, possibilitada pelo *software* SPSS-17 (*Statistical Package for the Social Sciences*), segundo as variáveis identificadas como relevantes à apresentação das informações obtidas.

Para a organização dos dados resultantes da técnica da associação livre (Abric, 1998, 2003), a partir do termo indutor *comunidade*, utilizamos como recurso o *software* EVOC-2003 – *Ensemble de Programmes L'Analyse des Évocations* – (Vergè, 2000). Segundo critérios de frequência e ordem de

evocação, este programa fornece quatro quadrantes com os elementos mais significativos, posicionados de acordo com a importância à estrutura e conteúdo do objeto representado. Utilizamos ainda a categorização de dados como sugerido pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2002), o que nos permitiu introduzir dados complementares e contextualizar as informações apresentadas.

Resultados

Composição populacional da comunidade

O quadro populacional da comunidade até fevereiro de 2007 era composto principalmente por famílias que se constituíram na própria localidade (71.9%), sendo os últimos 10 anos um período de forte imigração. Das 28.1% famílias que vieram de fora, em sua maioria de áreas rurais (87.23%) de municípios do estado, metade deslocou-se para este território durante o referido período, justificando a migração como uma “busca pela melhora”. O termo “melhora”, usado pela maioria dos respondentes, parece ser um sinônimo de esperança, sintetizando a procura pela terra, pelo trabalho e por um lugar para se viver.

As famílias que migraram para o território entre 40 e 50 anos atrás (10.66%) eram famílias mais numerosas (6% compostas por 10-15 pessoas), que geraram núcleos familiares menores (11.4% por 7-9 pessoas, 55.7% por 4-6 e 26.9% por 1-3). Sobre o decréscimo da composição familiar, uma questão que merece ser ressaltada, considerando a especificidade do contexto rural, refere-se à escassez de terra da unidade familiar. Enquanto nas primeiras gerações a alta taxa de natalidade era interpretada como positiva, visto que

representava mão-de-obra para o trabalho nas lavouras, nas novas gerações torna-se problemática, considerando que implica a necessidade de divisão dos recursos produtivos disponíveis (Durham, 2004).

Das 167 famílias entrevistadas, reunimos dados de 662 pessoas vinculadas às unidades familiares da comunidade. Desse total, 88 são membros das famílias entrevistadas que não vivem mais na comunidade e 574 são os moradores que compunham a população local no período em que foi realizado o Censo Comunitário Rural. Dos 574 moradores, 141 são filhos de núcleos familiares do território que deram origem a novas famílias na comunidade. Com o objetivo de fornecer informações mais detalhadas sobre a população local, apresentamos, a seguir, os dados referentes aos 574 membros da comunidade rural.

A maioria dos moradores nasceu no próprio território (55.22%). Das pessoas que imigraram, 8.9% vieram de outras localidades do município, 32.92% de outros municípios do estado e 2.96% de outros estados brasileiros, sendo que 85.6% de toda a população nunca moraram em áreas urbanas. A população da comunidade é composta por 285 pessoas do sexo feminino e 289 do sexo masculino, estando 55.74% casados, 0.89% divorciados e 2.26% viúvos. Os solteiros somam 41.11%, mas é importante registrar que 21.95% de toda a população possui entre 0 e 14 anos. A composição das famílias, tendo como ponto de referência os cônjuges, está distribuída da seguinte forma: mãe/a cônjuge: 29.80%; pai/o cônjuge: 26.48%; filho(a) do(a) cônjuge: 39.55%; sobrinho(a), irmão(ã), neto(a), sogro(a), genro/nora de um dos cônjuges: 3.82%; e único morador: 0.35%.

A população branca (60.1%) ainda é predominante entre os integrantes da comunidade, mas tal como a população negra (9.58%), tende a diminuir em função da mistura entre as diferentes categorias raciais presentes no território. Até o momento do censo, os morenos compunham 29.27% dos moradores da comunidade, os cafuzos 0.18% e os que se declararam mamelucos totalizavam 0.87%. No que se refere à inserção religiosa dos membros da comunidade, o território sofreu, em sua constituição histórica, a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), favorecendo a seguinte distribuição: 97.56% dos moradores se declararam católicos, 1.57% evangélicos e 0.87% protestantes. As CEB's surgiram na América Latina em finais da década de 1960, como movimento popular de resistência no campo e na cidade, e “em consonância com os princípios de conscientização através da fé, defendidos pela Igreja, permitiam aos moradores das comunidades se reunirem, refletirem e desencadearem ações para a busca de soluções dos diversos problemas vividos pela população” (Baltazar, 2004, p. 183).

A participação da Pedagogia da Alternância (PA) na política educacional camponesa se reflete no índice de escolaridade da população local. Este sistema pedagógico foi criado no interior da França em 1935, a partir do movimento de resistência de um grupo de agricultores insatisfeitos com a cultura escolar urbanocêntrica. A metodologia da PA, fundamentada no tripé *ação – reflexão – ação* ou *prática – teoria – prática*, chegou ao Brasil na década de 1960, tendo sido institucionalizada através da Escola Família Agrícola (EFA) (Teixeira, Bernartt & Trindade, 2008). Das pessoas da comunidade que passaram pelo sistema escolar, 260 estudaram em escolas rurais. A Tabela 1 apresenta informações detalhadas sobre a distribuição etária

das pessoas da comunidade e de seu nível de escolarização.

Tabela 1: Distribuição da população escolaridade x faixa etária (em anos) – frequências relativas

	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75 +	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Sem idade escolar	5.75	1.56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.31
Sem escolarização	-	-	-	-	-	-	0.35	0.35	0.35	0.55	0.35	0.9	0.7	0.9	0.7	0.35	5.5
Escolarizado	-	-	-	-	0.55	0.2	0.2	0.55	0.7	1.39	1.21	1.39	0.9	1.56	1.21	0.9	10.76
Primário	-	4.53	3.48	1.04	1.39	1.39	1.74	4.52	4.52	2.28	3.31	0.9	1.74	0.7	-	-	31.54
Fundamental	-	-	6.3	3.83	3.13	3.13	1.74	3.83	1.91	2.28	0.9	0.35	0.35	-	-	-	27.75
Médio	-	-	-	4.87	3.83	3.48	1.56	0.7	0.35	0.2	0.35	-	-	-	-	-	15.34
Superior	-	-	-	-	0.2	0.7	0.55	0.35	-	-	-	-	-	-	-	-	1.8
Total	5.75	6.09	9.78	9.74	9.1	8.9	6.14	10.3	7.83	6.7	6.12	3.54	3.69	3.16	1.91	1.25	100

Fonte: *Corpus 2/SPSS - $N_{total}=574$ – Faixa etária segundo IBGE*

Observamos a renovação do tecido social da comunidade com o fortalecimento das novas gerações (40.46% da população total possuem entre 0 e 24 anos), quadro que também promete a ampliação das unidades familiares locais. A marca da dificuldade de acesso à escola entre as primeiras gerações pode ser identificada a partir do índice de analfabetismo de 5.5% (sem escolarização) e daqueles que frequentaram, no máximo, dois anos de escola, os *escolarizados*, que representam 10.76% de toda população. Os grupos etários mais jovens já crescem em uma comunidade com sistema educacional estruturado, aumentando as chances de ingresso e permanência dos jovens e crianças no sistema escolar.

Agricultura familiar: sistema de produção e modo de vida

Nas unidades familiares, o dia começa cedo. Durante a semana, os membros da família se dedicam às atividades laborais: aos homens, mais diretamente, é destinado o trabalho nas lavouras e às mulheres as atividades domésticas, embora elas também participem ativamente da agricultura e,

muitas vezes, assumam permanentemente o trabalho na casa e na roça como funções cotidianas. A atividade doméstica das mulheres rurais, responsabilidade das mães e das filhas, consiste no cuidado com pequenas criações, horta, jardins e pomares, além da casa propriamente dita (costuram, preparam biscoitos, pães e todo tipo de alimentação para o provimento da família) e do cuidado com os filhos. Aos homens cabe a responsabilidade de cultivar a terra e também da construção de instalações que servirão à estruturação da propriedade. Na organização tradicional, a divisão social do trabalho a partir da categoria gênero envolve a lógica laboral segundo o sistema de produção e economia familiar, mas também relações de poder que regulam os papéis sociais vividos dentro da família e na sociedade local (Durham, 2004; Panzutti, 2006).

A maioria das mulheres se reconhece como agricultoras e, junto com os homens, totalizam 72.3% da população ativa da comunidade nesta atividade. Em relação às demais ocupações, 0.7% são mulheres que declaram realizar apenas atividades ligadas ao espaço doméstico. Entre os assalariados do sistema público (3.32%) estão as professoras, os agentes comunitários de saúde e os técnicos de enfermagem que trabalham na Unidade de Saúde local; os funcionários de empresas privadas (0.88%) consistem em três motoristas de caminhão e duas jovens que trabalham em uma loja no centro da cidade. Os aposentados por idade e invalidez somam 6.45% da população local.

O sistema de produção presente na comunidade rural estudada é baseado na agricultura familiar (Bezerra & Cleps-Jr., 2004), ou seja, condução do estabelecimento pela família e mão-de-obra prioritariamente dos seus

próprios membros (IBGE/MDA). De acordo com o Censo Agropecuário/2006 do IBGE, no Brasil existem 4.367.902 unidades organizadas no modelo da agricultura familiar, o que representa 84,4% do total de estabelecimentos rurais no país. Embora sua participação no Valor Bruto da Produção (VBP) seja de 38%, considerando que são responsáveis por 66,27% da produção animal e vegetal, os 12,3 milhões de trabalhadores da agricultura familiar ocupam apenas 24,3% da área total de terras no Brasil. A sobrevivência das famílias da comunidade estudada é garantida fundamentalmente por meio desse modo de produção, sendo alguns produtos comercializados, mas importante parte da produção de alimento destina-se ao consumo interno, à subsistência das famílias.

Na comunidade, os principais cultivos destinados à comercialização são: café (83.83%), pimenta (80.8%), maracujá (15.56%) e coco (7.78%). Algumas famílias além de trabalharem na agricultura, também possuem gado para corte ou leite (13.77%). Fora do sistema agropecuário de produção, temos famílias que vivem da aposentadoria, do comércio ou que são diaristas e sem terra, obtendo seu sustento por meio do trabalho nas propriedades de outros membros da comunidade. É importante ressaltar que a maioria das famílias procura desenvolver mais de uma atividade produtiva como estratégia para obter a renda necessária à sua sobrevivência. Assim, em menor escala, as famílias também comercializam mamão, abóbora, melancia, milho, mandioca, amendoim, eucalipto, mel, porcos, galinhas e ovos. Como atividades para fins de comercialização, foram citadas ainda a confecção de roupas e bordados, a construção de móveis de madeira e espetinhos de bambu para churrasquinho, além da preparação de polpas de frutas, açúcar e farinha de mandioca. A

renda proveniente é destinada prioritariamente ao pagamento de despesas com produtos agropecuários, roupas e calçados, supermercado, farmácia e com o consumo de energia elétrica e telefone.

As famílias que não possuem terra (10%) são as que vivem em situação de maior precariedade. Como veremos nos relatos sobre a vida comunitária, existe um sistema solidário que minimiza o impacto da condição socioeconômica desfavorável de algumas famílias, mas que é insuficiente para promover a sua mudança objetiva, uma vez que todos comungam de um mesmo conjunto de dificuldades vinculadas ao sistema de produção da agricultura familiar. Em função disso, algumas famílias estão inscritas em programas do governo para receber benefícios. A renda mensal das famílias, em salário mínimo (SM), está distribuída da seguinte forma: 30.53% vivem com até um SM, 41.94% com até dois SM, 16.76% com até três SM e 10.77% com mais de três SM. Utilizamos como valor base de referência o salário mínimo em vigor no período da coleta dos dados (350,00 reais até março de 2007).

A maioria das famílias possui casa própria (90.4%) e praticamente todas as unidades familiares contam com geladeira, fogão a gás e TV (96.8%), muitas mantêm o fogão a lenha (71.9%). Nas casas existe ainda a seguinte estrutura: DVD (47.3%), freezer (67.7%) e telefone (67.7%), além de outros recursos como antena parabólica, filtro de barro, instrumentos musicais e rádio. Para o transporte, apenas 19.2% das famílias possuem carro, sendo mais frequente o uso de motos no deslocamento interno e na condução das pessoas até o centro da cidade, e também em atividades ligadas ao trabalho agrícola. Completando o quadro dos meios de transportes utilizados pela comunidade,

temos o uso de bicicletas e cavalos. Em relação à estrutura fundiária, a extensão de terra de cada propriedade não foi dimensionada em função de as famílias constituídas pelas novas gerações participarem de um sistema integrado de terras ou de produção com as famílias de origem.

As dificuldades indicadas pelas famílias da comunidade em relação à vida no meio rural referem-se principalmente à desvalorização dos produtos produzidos na agricultura (52.7%), à falta de recursos para investir na propriedade (25.15%), falta de assistência médica (10.77%) e de transporte (10.77%). A escassez de políticas públicas para a realidade rural (5.98%) retrata a frágil participação das instâncias governamentais na resolução dos problemas locais. É preocupante que somente 9% dos agricultores do território tenham tido algum tipo de assistência técnica pública, sendo que 10.77% disseram que receberam a visita de um técnico apenas uma única vez e 80.23% nunca obtiveram qualquer tipo de orientação.

O condicionamento do sistema produtivo às condições climáticas (14.97%) também contribui para o aumento das dificuldades enfrentadas no campo, sendo a seca ressaltada como grande responsável pela queda da produtividade, além do desgaste físico dos agricultores causado pelo próprio trabalho nas lavouras (7.78%). Todos estes fatores desenham um cenário que ameaça a vida e permanência das famílias no meio rural. Com menor frequência, mas não menos relevante, as famílias mencionaram ainda outros problemas que identificam como pertencentes ao quadro de dificuldades ligadas à vida no campo: não possuir terra, utilização de agrotóxicos nas plantações, a exploração dos chamados *atravessadores* na comercialização

dos produtos, dificuldade de acesso ao estudo, condição precária das estradas que ligam as comunidades entre si e ao centro do município, pragas e doenças nas lavouras, dívidas com o banco (financiamentos agrícolas que não conseguem pagar). Além disso, foram também destacadas a pobreza gerada pela dificuldade para produzir e baixo preço dos produtos agrícolas, a fiscalização do trabalho infantil sem considerar a transmissão social do trabalho por meio da agricultura familiar, as poucas alternativas de lazer e o sistema de dependência do campo em relação à cidade, impedindo processos de autonomia ou tomadas de decisão a partir de uma lógica propriamente rural. Um mecanismo de comunicação que tem se mostrado estratégico para representar a realidade camponesa é o sindicato rural. Entre as 167 famílias entrevistadas, 67.1% fazem parte do Sindicato de Pequenos Agricultores Rurais do município, caminho utilizado para conquistar os direitos previstos à categoria de trabalhador rural (Ricci, 1999).

Ao final da jornada diária, a divisão social do trabalho a partir da categoria gênero fica novamente evidente: nas unidades em que a mulher foi a respondente (63.47%), todas fizeram crítica a ocupação pós-trabalho, pois os homens seguiriam pra um momento de lazer nos botecos enquanto as mulheres permaneceriam em casa, ainda com uma longa lista de atividades para realizar. Os homens respondentes apresentaram diferentes formas de ocupação desse tempo: alguns disseram que vão para os botecos para encontrar os amigos, jogar baralho, tomar uma pinga ou jogar bola na quadra de esportes, e outros relataram que preferem permanecer em casa e ajudar nas atividades ligadas à família. À noite, algumas mulheres bordam, as famílias assistem TV, visitam outras famílias ou se juntam em reuniões para resolver

questões ligadas à condução da comunidade. Por volta das 21 horas as pessoas vão dormir para recomeçar, no dia seguinte, um novo ciclo na unidade familiar.

O horário das refeições é um importante marcador na organização do tempo para a família rural: entre 5 e 6 horas toma-se o café da manhã e, por volta das 10 horas, faz-se a refeição do almoço. O meio dia marcará o horário do primeiro café da tarde (nomeado: café do meio-dia) e em torno das 15 horas será saboreado o café da tarde. Entre 16 e 17 horas, as famílias chegam das lavouras e jantarão, no máximo, até as 18 horas. Como os representantes das famílias destacam, “o trabalho na roça é sem aquele horário rígido”, podendo ser ajustado em função da dinâmica familiar e comunitária. Embora exista uma rotina, a flexibilidade do trabalho autônomo torna possível a prática coletiva do mutirão entre as famílias, que se juntam em caso de doença ou morte de um membro da comunidade e, além disso, ainda durante a semana, no espaço coletivo as famílias desenvolvem atividades ligadas às associações, cooperativas e grupos da comunidade.

Para as crianças e jovens que estão em processo de escolarização, o tempo e as atividades serão sistematizados respeitando a orientação pedagógica da escola. Durante o período letivo, as crianças terão sempre as manhãs ocupadas com o estudo, que acontece na própria comunidade, e à tarde poderão ajudar seus pais (na roça ou em casa) e também brincar. O ensino fundamental (Escola Comunitária Rural) funciona de acordo com a Pedagogia da Alternância, ou seja, o aluno estuda uma semana na escola das 7 às 17 horas (dorme na casa dos pais) e, na semana seguinte, permanece

todo o tempo com a família. Procedimento similar é vivido pelos alunos do ensino médio, que estudam na Escola Família Agrícola (EFA). Como a EFA está localizada em outra área do município, durante a semana escolar os estudantes permanecem na escola em tempo integral, de segunda a sábado. Os filhos das famílias que não podem ser liberados das atividades na propriedade, seja pelo número de filhos disponíveis para o trabalho nas lavouras seja porque a família vive de diárias, estudarão à noite no centro da cidade segundo o sistema de ensino convencional.

Geralmente, no final de semana as famílias não trabalham nas lavouras (exceto durante o período de colheita de café, atividade prioritária sobre todas as demais). No sábado concentra-se a maioria das reuniões da comunidade e no domingo a celebração religiosa, além de atividades de lazer, como pescaria, futebol e passeios pela vizinhança. Os festejos dentro da comunidade estão relacionados aos santos padroeiros e demais dias celebrativos do calendário religioso, ao período junino, à comemoração das escolas rurais, à colheita do café e às cerimônias de casamento. Existem ainda festas ocasionais como encontros entre famílias/amigos e a chamada festa da cultura (cavalgadas e rodas de viola). A preferência musical das famílias reforça o vínculo com o estilo rural: 59.88% dos participantes dizem que em sua casa se aprecia o sertanejo, 38.92% o forró e 19.16% a música caipira de raiz.

No tempo das procissões, rezas e novenas pelo fim da seca, de benzedeiças que curam espinhela caída e todos os tipos de males do corpo, a mística e a natureza estão presentes na relação *homem-saúde*, compondo um forte sistema de crenças que ajuda a dar equilíbrio à vida na comunidade.

Identificamos diversas práticas que sustentam a busca pelo bem-estar coletivo ou individual, entre elas a promessa a um santo forte, uma simpatia, um chá ou uma garrafada. Assim, a chamada sabedoria popular oferece às famílias uma interpretação dos fenômenos vividos e formas de manutenção da saúde dos seus membros. Embora as pessoas da comunidade também façam uso de remédios farmacêuticos, é comum nos quintais das famílias a cultura da horta medicinal. Das 167 famílias entrevistadas no censo, todas relataram que recorrem às plantas medicinais como medida de prevenção e tratamento de doenças, tendo sido citadas 44 plantas medicinais diferentes utilizadas pelas famílias da região. Como observam Pilla, Amorozo e Furlan (2006), essa é uma prática comum nas populações rurais, servindo como um dos poucos recursos terapêuticos disponíveis no tratamento de doenças mais frequentes, já que o sistema público de saúde ainda não consegue fornecer uma assistência adequada a essas comunidades.

Se a natureza cuida do homem, a reciprocidade do cuidado é basilar à sustentação do modo de vida rural. As famílias procuram garantir a preservação dos ecossistemas locais por meio das seguintes práticas: manutenção das matas e áreas de reserva; reflorestamento das encostas e nascentes; não utilização de agrotóxico nas lavouras ou uso reduzido do mesmo; limpeza e manutenção das nascentes e dos córregos; não manter animais silvestres em cativeiro; reciclagem do lixo orgânico, que retorna às lavouras ou hortas, bem como a destinação adequada ao lixo inorgânico e, finalmente, promoção/participação em seminários e caminhadas ecológicas.

O conjunto de atividades que compõem o cotidiano da comunidade é

garantido por meio de diferentes grupos. Foram citadas as seguintes organizações grupais que envolvem os membros do território: *religioso* - pastorais (catequese, dízimo, liturgia, juventude e familiar), grupo de reflexão, grupo de limpeza da igreja e do pátio comunitário, equipe de cântico e equipe do conselho comunitário; *lazer* - time de futebol (adulto e infantil); *cultural* - canção italiana, folia de reis, moda de viola e coral em latim, e *social* - grupo de mulheres (pintura e bordados), sindicato de pequenos agricultores rurais, cooperativa e associação.

Além da fofoca e, mais recentemente, do uso dos celulares em algumas famílias, o sino da igreja é ainda um importante mecanismo de difusão de informação: as badaladas do sino não servem apenas para anunciar os já sabidos horários das manhãs de domingo, marcando sua função tradicional. O sino e o sineiro são centrais à comunicação de um evento muitas vezes não esperado pelas famílias, como a morte de um membro da comunidade. Assim, ele será tocado levando a notícia até as famílias mais distantes do território, informando que algo grave aconteceu, e será também tocado durante a procissão de enterro da pessoa, como um adeus coletivo da comunidade.

Imaginário endogrupal: do sentido de comunidade e de sua importância para o grupo rural

Para as famílias, a vida comunitária está alicerçada, principalmente, nos valores que esse modo de vida pode oferecer àqueles que vivem neste espaço, como veremos também através das representações de *comunidade* (Figura 1). As famílias destacaram a convivência (41.32%), a amizade (37.72%), a tranquilidade (23.34%), o povo local (15.56%), a solidariedade (14.97%), a união (10.77%), a segurança (7.18%) e a participação (6.58%) como centrais à

constituição da comunidade. Os fragmentos das narrativas dos representantes das famílias, a seguir apresentados, ilustram o estreito vínculo entre as relações construídas pelas pessoas do grupo e a organização da comunidade como uma espécie de síntese dessas relações.

A amizade com as pessoas é o mais importante. Acho que é por isso que a gente não se desespera e vai embora. Na cidade não tem isso. (Fam. 13); Se não viver em comunidade a gente fica perdido. (Fam. 31); Eu acho que é a união. Se não fossem os amigos, passava até fome. Minha condição melhorou por causa das pessoas daqui. (Fam. 49); A vida em comunidade, com os vizinhos, vivemos como irmãos. Eu não saberia viver sem esse lugar. Na doença, na morte, todos se ajudam. Nunca ficamos sozinhos aqui. (Fam. 96).

A liberdade - especialmente ligada ao trabalho, permite flexibilizar o tempo segundo as prioridades da família e da comunidade -, a religiosidade, a hospitalidade com os visitantes, o jeito simples de viver e os recursos naturais à disposição das pessoas, são também fortes na composição dessa vida em comunidade, compreendida pelos seus moradores como um projeto alternativo às relações individualizantes que teriam se constituído nos grandes centros urbanos.

Um ajuda o outro, na doença, na morte. As pessoas se conhecem há muitos anos, a gente vive uma vida em comum. Para eu sair daqui, só quando eu morrer. (Fam. 142); Não troco a roça pela cidade e a terra é da gente. O lugar é sossegado. Não gosto da cidade. Aqui temos a convivência e não precisamos comprar tudo. (Fam. 139).

Com o objetivo de conhecer como os membros do grupo rural

representam a sua própria organização social (Jodelet, 1998, 2001; Moscovici, 2003; De Rosa, 2005), investigamos as representações sociais de *comunidade* entre quatro gerações. Ressaltamos que o campo representacional do referido objeto é apresentado de forma descritiva, sem a pretensão de realizarmos uma análise estrutural desse campo. Para facilitar a exposição do conteúdo representado procedemos a categorização dos elementos, tendo sido elaboradas as seguintes categorias: atividades desenvolvidas, avaliação do contexto comunitário, descrição do ambiente, mobilização dos membros da comunidade, modo de vida, organização social e valores. Entendemos que considerar a imagem de *comunidade*, compartilhada pelos seus moradores, nos auxiliará na tarefa de composição do cenário no qual se organizam os objetos representacionais no processo de construção da identidade social camponesa.

Apesar de a religião ser uma forte dimensão da comunidade, apenas 10.5% dos participantes argumentou que sua organização deriva da articulação religiosa, prevalecendo a interpretação da vida comunitária como fruto de uma construção coletiva ao longo das gerações (89.5%). Acreditamos que o peso dessa visão, relativa à história e ao funcionamento da comunidade, sofra influência também da ideologia das CEB's, que tem como proposta-base a mobilização das pessoas para discutir suas vidas cotidianas, seus valores e suas necessidades políticas, com certa autonomia em relação às instâncias institucionalizadas (Mainwaring, 2004). Na Figura 1 podemos visualizar a disposição dos elementos da representação de *comunidade*, especificados pelas quatro gerações do território rural.

Quadro 1 – Quadrantes das evocações de *comunidade* para quatro gerações do grupo rural

Média da ordem média de evocação																
Média das frequências	Primeira geração						Segunda geração									
	< 2.9			≥ 2.9			< 2.9			≥ 2.9						
	Termo - Freq. - Ord. Evoc. – Polaridade						Termo - Freq. - Ord. Evoc. – Polaridade									
	≥ 10	Bom-lugar	12	2.5	(+)	Convivência	10	3.3	(+)	Amizade	13	2.6	(+)	Lazer	11	4.0
Coletivo		13	2.2	(+)	Religiosidade	21	3.4	(+)	Famílias	19	1.6	(+)	Organizações	14	3.1	(+)
Famílias	11	2.0	(+)	Trabalho coletivo	10	3.9	(+)	Igreja	23	2.3	(+)	Religiosidade	17	3.1	(+)	
Igreja	25	2.8	(+)					União	11	2.3	(+)	Trabalho coletivo	12	3.5	(+)	
União	17	2.1	(+)													
< 10	Grupos	09	2.2	(+)	Amizade	08	3.2	(+)	Coletivo	09	2.4	(+)	Decisões coletivas	09	3.7	(+)
	Nosso modo vida	07	2.8	(+)	Bem-estar	06	3.0	(+)	Grupos	08	1.8	(+)	Partilha	07	3.1	(+)
	Povo	09	2.1	(+)	Festas	05	3.0	(+)	Solidariedade	10	2.5	(+)	Pastorais	07	3.2	(+)
	Tradição	05	1.6	(+)	Lazer	06	4.0	(+)								
					Organizações	05	3.0	(+)								
					Participação	07	3.0	(+)								
					Política	05	3.8	(+)								
					Reunião	09	3.0	(+)								
					Solidariedade	08	3.3	(+)								
u Média da ordem média de evocação u																
Média das frequências	Terceira geração						Quarta geração									
	< 2.9			≥ 2.9			< 2.9			≥ 2.9						
	Termo - Freq. - Ord. Evoc. – Polaridade						Termo - Freq. - Ord. Evoc. – Polaridade									
	≥ 14	Famílias	15	1.9	(+)	Solidariedade	19	2.9	(+)	Igreja	21	2.1	(+)	Amizade	16	3.3
Igreja		17	1.7	(+)	Trabalho coletivo	19	3.6	(+)	Lavouras	09	2.6	(+)	Casas	09	3.0	(+)
Religiosidade		14	2.4	(+)					Nosso modo vida	09	1.7	(+)	Pessoas	10	3.3	(+)
União		14	2.0	(+)					Religiosidade	14	2.4	(+)				
									Solidariedade	15	2.8	(+)				
< 14	Coletivo	10	2.8	(+)	Amizade	13	3.0	(+)	Bem-estar	06	2.3	(+)	Boteco	08	3.7	(+)
	Convivência	12	2.8	(+)	Lazer	12	3.4	(+)	Bom lugar	07	2.4	(+)	Brincadeiras	05	4.4	(+)
	Grupos	10	2.5	(+)	Organizações	13	3.0	(+)	Centro de encontros	05	1.4	(+)	Coletivo	07	3.1	(+)
	Pessoas	07	1.5	(+)					Tranquilidade	05	2.2	(+)	Escola	08	3.5	(+)
									União	05	2.2	(+)	Festas	05	4.2	(+)
													Lazer	06	4.1	(+)
													Pastorais	06	3.0	(+)

Nota: ordem de apresentação dos dados: termo evocado – frequência absoluta – média de evocação e polaridade

Das 238 evocações fornecidas pela quarta geração, tivemos um total de 52 termos diferentes. A imagem de comunidade presente na quarta geração se alicerça nos *valores* difundidos pelo grupo (amizade, coletivo, religiosidade, solidariedade e união), na *descrição* do cenário da comunidade (botecos, casas, escolas, igreja, lavouras e pessoas), nas *atividades* realizadas (brincadeiras, festas, lazer e pastorais), na *avaliação* desse território (bem

estar, bom lugar e tranquilidade), na *função* de mobilizar as pessoas (centro de encontros) e na ideia da comunidade como o *modo de vida* dos que vivem neste espaço. Algumas falas das crianças, provocadas pela questão “por que a comunidade é assim?”, ilustram o sentido de comunidade:

Nós somos a comunidade. Ela é o que a gente faz, o que a gente participa. (09 anos - ♂); Porque aqui damos valor um ao outro. As pessoas aqui se reúnem mais. Eu vivo em comunidade. (11 anos - ♂).

A comparação social *campo-cidade* também aparece nos significados e reflexões acerca do modo de vida comunitário, reforçando o processo de identificação com o meio rural:

É um lugar pequeno, com poucas pessoas e todos se conhecem, não tem coisa ruim como na cidade. (11 anos - ♀); Foram os mais velhos que fizeram a comunidade assim. Aqui fizeram diferente da cidade grande. (10 anos - ♀).

O banco de dados da terceira geração foi composto por 36 evocações diferentes, num total de 233 associações livres. Os elementos presentes na representação social de *comunidade* dos jovens consistem em *valores* (amizade, coletivo, convivência, religiosidade, solidariedade e união), *descrição* do ambiente (igreja e pessoas), *atividades* (lazer e trabalhos coletivos) e *organização social* da comunidade (famílias, grupos e organizações, como associação e cooperativa). O conteúdo verbal, a seguir apresentado, indica a organização comunitária como mediadora de transformações na realidade do grupo:

Forma de organização política, festividades que faz parte da vida do

povo, reúne o povo. Pela própria condição das pessoas se reunirem é caminho de discussão dessas coisas aí. Precisa da comunidade pra preservar essa condição das pessoas se reunirem, discutirem, socializar as questões e não ser individual. E se organizar ainda mais pra conquistar as coisas que ainda são possíveis de ser feitas. (22 anos - ♀); Abraçam um trabalho – sindicato, grupo de mulheres – buscando melhora para a comunidade. Porque são várias cabeças pensando, não é uma só... buscando um só objetivo pra todos. Pessoas que se juntam, com ideias diferentes, pra seguir um objetivo só. (20 anos - ♀).

Os jovens reconhecem ainda a importância da sua formação para a manutenção desse modo de vida, concebendo a família como principal apoio desse mecanismo de transmissão:

As pessoas se ajudam. Isso tudo é pela educação que recebeu. É a base de tudo, é um ponto muito importante na faixa de idade. O que ela aprendeu de novo, vai viver de velho. (19 anos - ♂); Hoje em dia é a nossa sociedade. As famílias fazem parte da comunidade e nós formamos ela. (16 anos - ♂).

Para a segunda geração tivemos um *corpus* composto por 42 termos diferentes, que somaram 241 palavras evocadas. Tal como na terceira geração, encontramos elementos vinculados aos *valores* fundamentais do grupo (amizade, coletivo, partilha, religiosidade, união e solidariedade), à *descrição* do território (igreja), às *atividades* desenvolvidas (lazer, pastorais e trabalho coletivo), à *organização social* (famílias, grupos e organizações) e às decisões coletivas.

As pessoas têm a necessidade de deixar o individual e de participar de algo coletivo. A comunidade é um projeto coletivo e você está em contato direto com a vida das outras pessoas. (35 anos - ♂).

O coletivo, na perspectiva desta geração, é entendido como um processo de construção que comporta a diversidade e também conflitos, aproximando-se de uma imagem mais realista da vida em comunidade:

Acho que nem todas as ideias batem, são iguais. Quando tem uma ação sempre há esses confrontos, alguém que não concorde. Por ser comunidade, já se sente responsável, é a aproximação um com o outro e aí aparece mais o ato de solidariedade. (39 anos - ♀); A maioria das pessoas se conhecem há muito tempo... daí passa a ser uma família. Tem briga, mas quando precisa, corre todo mundo. Um se dói pelo outro. (37 anos - ♀).

Como ilustrado anteriormente, o possível conflito provocado pelo encontro entre diferentes posicionamentos dos membros do grupo parece não ameaçar a unidade grupal. O confronto é também interpretado como estratégia de superação de problemas, onde as dificuldades da comunidade ou das famílias/indivíduos em particular ganham o compromisso coletivo de seu enfrentamento.

A comunidade é assim para poder reunir o povo, discutir os problemas, se informar, ver quem é quem, conhecer os problemas uns dos outros. (45 anos - ♂).

A primeira geração, por sua vez, apresentou um total de 240 palavras, distribuídas entre 40 termos diferentes. Os significados de *comunidade* para

esta geração se baseiam nos *valores* (amizade, coletivo, convivência, participação, política, religiosidade, solidariedade, tradição e união), na *avaliação* positiva do espaço comunitário (bem estar e bom lugar), nas *atividades* (festas, lazer, reunião e trabalho coletivo), na *descrição* figurativa (igreja) e na *organização social* (família, grupos e organizações), apresentando ainda a concepção de comunidade como *modo de vida* e *povo*. Encontramos novamente a comparação com a cidade:

Porque a gente não perde o amor às famílias. Lá na cidade nem lembra dessas coisas. A comunidade é uma história grande e eu tenho muito respeito. Lá são as empresas, aqui é a comunidade. Acho que lá na cidade eles nem sabe o que é uma comunidade. (77 anos - ♀); Porque o povo rural tem a ideia de viver junto, não é igual o povo da cidade. Um precisa de uma coisa, o outro socorre. A gente trabalha ajudando os outros. É um modo de viver em comum. (69 anos - ♂).

Na comparação entre o modo de vida urbano e rural verificamos a importância do conteúdo relativo à coletividade como valor do grupo e a ideia de conservação dos valores tidos como basilares. Vejamos alguns exemplos que destacam essas duas questões, respectivamente:

Sem a comunidade a gente não é ninguém. Já pensou se a gente não tivesse a comunidade? Seria muito ruim. (64 anos - ♀); Vem da tradição porque nossos antepassados foram criados defendendo a ética, a moral, a fé, mutirão, o trabalho comunitário. Hoje o mundo está dentro de casa, mas a gente continua mantendo tudo isso aí. (66 anos - ♂).

Os resultados das quatro gerações explicitaram significados que se

complementam, desenhando uma representação de comunidade sustentada em um projeto de vida baseado, especialmente, em princípios coletivistas. Conforme ressaltado por Mendes (2008), compreender as relações que interligam as famílias e os valores de base solidária, geralmente estruturadores desse tipo de contexto social, é um caminho basilar para estudos que focalizam as comunidades rurais.

Cinco valores foram comuns entre as representações de comunidade para as quatro gerações: amizade, coletivo, religiosidade, solidariedade e união. Na terceira geração, surgiu o elemento *convivência*, já sinalizando uma inserção no espaço grupal mais forte do que aquela identificada na quarta geração. Para a segunda geração, temos a inclusão da *partilha*, que embora também seja uma forma solidária de se relacionar com os outros, é aqui utilizada para expressar um tipo particular de ajuda referente à doação de produtos, praticada por esta geração. Na primeira geração, os elementos *participação*, *política* e *tradição* são incorporados ao campo representacional evidenciando o sentido temporal desse conteúdo, uma vez que esses elementos remetem à história de formação da comunidade, liderada principalmente por participantes desse grupo geracional.

A percepção da *organização social* como dimensão da comunidade - através dos grupos, famílias e associações/cooperativas - não foi explicitada na quarta geração. Todavia, tal como a primeira geração, apresenta uma apreciação avaliativa do contexto e o reconhecimento da comunidade como modo de vida, que na geração que fundou a comunidade ganha a ideia síntese de *povo*. É interessante sublinhar a redução dos elementos que configuram a

categoria *descritiva* do campo representacional ao longo das gerações, permanecendo apenas o elemento figurativo “igreja”. Como podemos visualizar nos quadrantes, todas as gerações destacaram a *igreja* como uma imagem central à representação de comunidade, que confere um rosto ao território e que também comporta, em sua síntese imagética, o conjunto de atividades que são desenvolvidas principalmente no seu espaço físico (mutirões, festas, reuniões, lazer, entre outros). No que se refere às atividades, destacamos ainda a especificidade do elemento “brincadeiras” para as crianças do grupo e a presença do “trabalho coletivo” para as demais gerações, indicando a passagem do lúdico ao laboral também no espaço coletivo, processo que implica no desenvolvimento das responsabilidades inerentes à vida adulta na comunidade.

Do nascimento de uma cultura comunitária

Iniciamos o relato do estudo refletindo sobre o processo de constituição da organização comunitária, descrevemos as representações sociais de *comunidade* presentes no imaginário de seus integrantes, bem como a dinâmica e estrutura das unidades familiares. Entramos nas casas dos moradores e conhecemos quem são e como vivem os homens, mulheres, adolescentes e crianças que constituem a comunidade. Sublinhamos neste contexto a dimensão na qual o rural é visto como uma organização social comunitária que prescreve às suas novas gerações um conjunto de valores coletivos que devem ser aprendidos e preservados. Esta é uma esfera que nos interessa, pois indica uma participação ativa dos integrantes do grupo rural e a atualização desse modo de vida, processo que concorre para a constituição da

identidade social vinculada à comunidade.

Neste estudo assumimos a equivalência entre os termos *comunidade* e *grupo social*, considerando a função simbólica que mantém o status positivo do grupo de pertencimento. O conceito de grupo (Tajfel, 1982b, 1983) nos oferece um valioso instrumento à compreensão dos significados que compõem a representação social de *comunidade* para seus integrantes, do sistema de organização social interno, bem como das relações simbólicas e práticas sociais dirigidas aos grupos de oposição, processo basilar à construção da identidade social dos indivíduos que confere uma singularidade cultural àquela pertença. Considerando o imaginário local, é interessante destacar que todos os elementos presentes na representação social de *comunidade*, para as quatro gerações, foram valorados como positivos. A partir do universo de significação endogrupal, a análise do conteúdo vinculado ao campo representacional nos revelou um processo de socialização voltado para a vivência do espaço coletivo, sustentada nos valores de amizade, coletividade, religiosidade, solidariedade e união, além dos laços sociais e atividades de interação cotidiana entre as pessoas desse contexto.

Bosi (2007) nos lembra que a cultura de uma determinada categoria está intrinsecamente ligada à sua própria história de sobrevivência, às escolhas necessárias para a existência e a manutenção daquele grupo. Apoiados nesta premissa de contextualização temporal da realidade entendemos que, para conhecer a organização do grupo rural, precisamos recuperar também a história de constituição da comunidade, buscando recolher elementos que nos permitam reconhecer o caminho percorrido pelas famílias para se afirmar como

um coletivo, um grupo social. O histórico da comunidade, escrito por seus moradores em 1985, nos conduz a uma organização comunitária iniciada em torno de 1950, quando todo o território era ainda coberto por matas e as terras não possuíam nem mesmo registro. Ali seus moradores - fruto da migração do norte e do sul do estado - criaram os espaços para o desenvolvimento de uma economia local baseada na agricultura familiar e, através de mutirões, construíram a estrutura necessária ao funcionamento da comunidade.

Era grande a solidariedade entre os primeiros moradores. Se ajudaram transportando suas mudanças em mutirão nas costas e nos animais. Se ajudaram na construção das casas e na derrubada da mata para fazer as roças. Se ajuntaram para construir a igreja e a escola. Quando adoecia uma pessoa se ajuntavam para transportá-la na rede. Faziam junto os transportes das mercadorias, sobretudo, do café. A estrada de carro, cavada de enxadão, foi um duro trabalho que os moradores fizeram em mutirão. A ideia de se ajuntar em mutirão para fazer um trabalho continuou na comunidade através da construção de moradia quando foi necessário, na construção do salão comunitário, cemitério, galpão, escadaria, banheiro, reforma da igreja e da escola, no zelo do patrimônio da comunidade, na formação das equipes para organização das festas. Quando há necessidade se faz mutirão na roça. (Histórico, 1985).

Além dos mutirões, a descrição de atividades coletivas de lazer, em um tempo iluminado por lamparinas e lampiões, nos oferece uma imagem do grupo associada à forte convivência entre os moradores, práticas que podem ser

reconhecidas nos valores centrais à representação social de comunidade entre todas as gerações (Figura 1).

Nos encontros das famílias se contava muitas histórias, os jovens brincavam de passa anel e se cantava rolinha nos terreiros. A sanfona animava a dança, a fogueira clareava a dança de quadrilha e a brincadeira do amigo x. O futebol, a tourada, a gincana e a brincadeira de rasgar Judas, trouxeram muita animação para o povo. O gosto de cantar contribuiu muito para a boa convivência da nossa comunidade. Aqui se cantou muita canção italiana, muita moda caipira e muita canção popular em torno do violão. (Histórico, 1985).

Aos poucos a comunidade foi crescendo e se tornando uma organização social alicerçada em diversos grupos. Somada a essa estrutura socioeconômica baseada na agricultura, a partir da religiosidade e engajamento político de seus moradores, a comunidade foi sendo construída junto aos diferentes movimentos sociais que surgiram na década de 1970, sofrendo grande influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Essa forma de organização comunitária agregou outras lógicas de funcionamento à dinâmica local através de influências de pessoas de diferentes países e estados brasileiros. De repente, já não era somente um grupo de pessoas reunidas em torno de suas crenças e modos de sobrevivência compartilhados. Somadas à identidade camponesa, teceram-se elementos políticos que os tornaram também militantes de causas próprias e de minorias, participando ativamente dos movimentos de resistência junto com o MST, contra os avanços dos plantios de eucalipto durante as décadas de 1980 e início de 1990

(Bussinger, 1992).

Ao longo desses anos, as famílias de nossa comunidade sempre estiveram solidárias umas com as outras. Estivemos solidários também com outros povos quando foi necessário, com apoio material e moral, aos assentamentos com mutirão de alimentos e aração de terra. (Histórico, 1985).

A organização popular uniu diferentes comunidades em torno do movimento social camponês, passando a identificar os problemas em comum e a desenvolver estratégias de resolução para todo o coletivo. A partir dessa mobilização se originou o sindicato rural.

Até o ano de 1967 não se sabia nada de sindicato por aqui. No ano de 1981 deu-se início ao movimento sindical nas bases fazendo a conscientização dos trabalhadores de que sindicato não é assistencialismo, mas sim união da classe trabalhadora em defesa dos seus direitos. O trabalho deu bons frutos, e no ano de 1982 a chapa de oposição foi vencedora. O assistencialismo continuou porque o sindicato é um órgão atrelado ao governo, mas ao mesmo tempo, com a nova diretoria, lideranças e trabalhadores ligados ao movimento, o sindicato transformou-se numa bandeira de luta e num instrumento de libertação da classe trabalhadora. (Histórico, 1985).

O êxodo em função do estudo, conseqüente das demandas surgidas no interior do próprio grupo, colocou em relevo a relação entre a comunidade rural e a cidade. A escolarização das gerações mais jovens, valorizada pelas famílias, tornou-se um grave problema considerando a necessidade de

migração desta parcela da comunidade para os centros urbanos para estudar. A partir da atuação do movimento social camponês, a questão do êxodo em função do estudo foi solucionada com a criação da Escola Família Agrícola, espaço educacional que se propunha acolher os filhos e filhas dos agricultores e oferecia uma formação coerente com a realidade rural (Caliari, 2002; Nosella, 2007).

Houve a necessidade de criar uma escola onde as crianças pudessem aprender a ler, escrever e a fazer contas. Os moradores reunidos em mutirão construíram a sala, e uma filha de família do lugar foi a professora. Mas o tempo foi passando, a comunidade foi crescendo e algumas ideias começaram a surgir no sentido de que seria necessário enviar os filhos para estudar na cidade... Foi quando em 1970 iniciou uma conscientização nas comunidades sobre um novo tipo de ensino de escola, a EFA. (Histórico, 1985).

As memórias dos moradores, preservadas nos fragmentos do histórico da comunidade, nos auxiliam na compreensão do processo de síntese e amadurecimento deste coletivo, fundamentado nas dimensões política, religiosa, econômica e ideológica, que conferem identidade ao lugar e ao seu povo, reforçando o sentimento de pertencimento à comunidade. Se retomamos a perspectiva de análise que assumimos como referência à interpretação da realidade social eleita como objeto de reflexão neste estudo, entenderemos que esta pertença revela muito mais do que apenas a vinculação territorial, favorecendo uma identificação propriamente psicológica, fundamentada no sentimento de vinculação e no reconhecimento ativo desse processo pelos

integrantes do grupo (Turner & Reynolds, 2001). A partir da afiliação a um grupo social, como vimos no processo de constituição da comunidade, encontraremos a forte atuação da estratégia de coletivização dos comportamentos por parte de seus membros, sendo o coletivo entendido como a forma mais ou menos homogênea de agir e sentir. E isso, não somente porque existem similaridades gerais, próprias do comportamento humano, mas principalmente pelo estabelecimento de afiliações comuns ao grupo, buscando a manutenção da função de distintividade positiva da identidade social (Tajfel, 1984). Espera-se, portanto, a maximização dos atributos que possam manter e justificar o *status* positivo do grupo camponês, colocados em relevo em oposição à vida nos centros urbanos.

Como pudemos observar na realidade social estudada, o sentido de comunidade vivido e representado pelos integrantes do grupo rural questiona a ideia do lugar idealizado, isento de conflitos e dificuldades cotidianas. Para além da representação romantizada da comunidade, o sentimento psicológico de pertencimento emerge fornecendo unidade ao grupo e garantindo a continuação da comunidade através da transmissão de valores coletivos, especialmente para as gerações mais jovens, visando sustentar a identificação social e proteger o modo de vida comunitário. Acreditamos que seria uma contribuição importante para o conhecimento sobre a vinculação grupo-território, a realização de pesquisas que contemplassem a comunidade como *categoria de análise* também em grupos urbanos, uma vez que o conceito de comunidade como campo de significação e identificação simbólica permite sua aplicação metodológico-conceitual independente da inserção territorial.

Referências bibliográficas

- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. Paredes, & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB editora.
- Abric, J. C. (2003). De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In *Exclusion sociale, insertion et prévention* (pp. 13-19). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Amaro, J. P. (2007). Sentimento psicológico de comunidade: uma revisão. *Análise psicológica*, 1(25), 25-33.
- Amerio, P. (2003). *Psicologia di comunità*. Bologna: Il Mulino.
- Amerio, P. (2004). Présentation - Dimensions psychosociales du sentiment d'insécurité. *Psychologie et société*, n. 7.
- Baltazar, B. (2004). Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 183-190.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bengoa, J. (2003). 25 años de estudios rurales. *Sociologias*, Porto Alegre, nº 10, 36-98.
- Bezerra, L. M. C., & Cleps-Jr., J. (2004). Associativismo rural e agricultura familiar – o caso de Orizona (GO). *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 16(31), 137-154.

- Bonomo, M., Trindade, Z. A., Souza, L., & Coutinho, S. M. S. (2008). Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, Lisboa, 22(1), 153-181.
- Bosi, E. (2007). *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, n. 107.
- Bussinger, V. V. (1992). Assentamentos e sem terra no Espírito Santo: a importância do papel dos mediadores. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Caliari, R. O. (2002). *Pedagogia da alternância e desenvolvimento local*. Lavras: UFLA.
- Corbin, A. (1989). *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. das Letras.
- De Rosa, A. S. (2005). O impacto das imagens e do compartilhamento social das emoções na construção da memória social: uma chocante memória *flash* de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque. In C. P. Sá (Org.), *Imaginário e representações sociais* (pp. 121-164). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Del Priore, M., & Venâncio, R. (2006). *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Durham, E.R. (2004). *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São

Paulo: Cosac Naify.

Font, J. N., & Rufí, J. V. (2006). *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume.

Francescato, D., & Tomai, M. (2002). I profili di comunità nell'era della globalizzazione. In M. Prezza, & M. Santinello (Orgs.), *Conoscere la comunità – l'analisi degli ambienti di vita quotidiana* (pp. 39-65). Bologna: Il Mulino.

Frúgoli-Jr., H. (2003). A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(52), 107-116.

Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. USA and Canada: Routledge.

IBGE/MDA. Censo Agropecuário 2006 - Agricultura Familiar: Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE.

Jessé, S. (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB.

Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47- 67). Rio de Janeiro: Vozes.

Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Mainwaring, S. (2004). *A igreja católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

- Mendes, E. P. P. (2008). A produção familiar no/do cerrado: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). In *II Simpósio Internacional Savanas Tropicais e IX Simpósio Nacional Cerrado*. Brasília.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais – investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Nosella, P. (2007). *Origens da pedagogia da alternância*. Brasília: UNEFAB.
- Oliveira, O. M. (2004). *Teorias globais – Elementos e estruturas (volume I)*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Oliveira, O. M. (2005). *Teorias globais e suas revoluções - fragmentações do mundo (volume III)*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Palmonari, A, & Zani, B. (2003). Les études de communautés. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 13-38). França: Puf Fundamental.
- Panzutti, N. P. M. (2006). *Mulher rural – eminência oculta*. Campinas: Editora Alínea.
- Pilla, M. A. C., Amorozo, M. C. M., & Furlan, A. (2006). Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martim Francisco, Município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. *Acta Bot. Bras.*, São Paulo, 20(4), 789-802.
- Prezza, M., & Pacilli, M. G. (2002). Il senso di comunità. In M. Prezza, & M. Santinello (Orgs.), *Conoscere la comunità – l'analisi degli ambienti di vita quotidiana* (pp.161-192). Bologna: Il Mulino.
- Ricci, R. (1999). *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.

- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Petrópolis: Editora Vozes.
- Speltini, G., & Palmonari, A. (2007). *I gruppi sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Tajfel, H. (1982a). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). *Grupos humanos e categorias sociais I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1984). *The social dimension: European developments in social psychology*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Teixeira, E. (2002). *O local e o global – limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.
- Teixeira, E. S., Bernartt, M. L., & Trindade, G. A. (2008). Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 34(2), 227-242.
- Thomas, K. (1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras.

- Turner, J. C., & Reynolds, K. J. (2001). The social identity perspective in intergroup relations: Theory, themes, and controversies. In R. J. Brown, & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (pp. 133-152). Oxford, UK: Blackwell.
- Vergès, P. (2000). *EVOC – Ensemble de Programmes permettant l'analyse des évocations: manual version 2*. Aix-en-Provence: LAMES.
- Wacquant, L. (2004). Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 23, 155-164.
- Williams, R. (1990). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras.